

Povos Indígenas no Brasil

Fonte O liberal Class.: AM-Multinacionais
 Data 21.08.83 Pg.: 17

Lucio Flavio Pinto

4468
A Amazônia de hoje (2)

Uma parte considerável das grandes corporações econômicas internacionais provavelmente não disporá de capital ou convicção empresarial para iniciar investimentos novos e expressivos na Amazônia durante os próximos dois anos. Mas esta suspensão temporária não deve ser entendida como perda de interesse. Muito pelo contrário.

As empresas globais já não tem dúvida que está na Amazônia parcela considerável de matérias-primas indispensáveis para a economia mundial. E que ainda é muito mais atraente extraí-las na região do que na maioria das áreas do globo, graças às facilidades governamentais que são concedidas por aqui.

Nesta época de transição, em que o dinheiro é curto e a desconfiança ilimitada, o mais importante é mesmo conseguir mais vantagens para obter rentabilidades crescentes assim que o reaquecimento econômico garantir os investimentos.

Normalmente, o Brasil se beneficiaria muito dessa perda de agressividade dos centros econômicos que sempre o mantiveram numa posição de dependência e até de subordinação. Os historiadores já demonstraram exaustivamente como, no período das duas guerras mundiais, o distanciamento do olho gordo internacional favoreceu a substituição de importações e a industrialização nacional. As crises aguçam a criatividade e fortificam a vontade de produzir.

Desta vez, porém, a vinculação do Brasil aos centros hegemônicos é tão estreita e profunda que não dispomos mais desse distanciamento. A imposição do cumprimento de uma tarefa sabidamente irrealizável (o pagamento da dívida nos prazos e formas estabelecidas) esmagou a possibilidade de se utilizar plenamente as múltiplas riquezas que o território brasileiro oferece ao desenvolvimento sustentado do país.

A série de reportagens que o jornal "O Estado de S. Paulo" vem publicando sobre a estranha transação com a Polônia, no valor de quase dois bilhões de dólares, é um atestado - mesmo quando sujeito a contestação - da dilapidação praticada com os recursos que ingressaram no país. Dinheiro era mercadoria farta e fácil: entrava às vezes sem ser solicitada, ou sem ser necessária. Os projetos e planos eram feitos para dar vazão a essa febril oferta que a exagerada liquidez produzida pelos petrodólares fomentou. Hoje paga-se a preço de ouro por mastodontes inertes, como a Ferrovia do Aço e a usina nuclear Angra-1, ou improdutivos, como a ponte Rio-Niterói e mesmo a nossa decantada Transamazônica.

O país se comprometeu todo para realizar o que era supérfluo, dispensável, não prioritário. Agora que precisa fazer o que é vital, não tem como. Pior: precisa inventar dinheiro (no mercado interno, alimentando um monstro financeiro de mil cabeças, o "open"; lá fora, vendendo o que é possível a qualquer preço e cortando as compras do que frequentemente é indispensável) para manter obras descartáveis. Ou que só tinham sentido se acopladas a um plano megalomaniaco de desenvolvimento, distorcido por uma concepção supranacional do fato econômico.

É por isso que, de uma forma quase cândida, o secretário-executivo do Programa Grande Carajás, Nestor Jost, declara que as eclusas de Tucuruí não serão concluídas porque o Brasil não dispõe dos 120 milhões de dólares necessários à obra. Este valor representa uns 2% do custo total da hidrelétrica. A eclusa servirá potencialmente a milhões de brasileiros espalhados desde o Brasil Central até o litoral paraense, decuplicando, na pior das hipóteses, a capacidade de transporte de carga no trecho que vai se tornar plenamente navegável. Os maiores beneficiários da hidrelétrica, por enquanto, são as fábricas de alumínio da Alumar (controlada pelas multinacionais Alcoa e Shell) e da Albrás (CVRD e consórcio japonês). Não vão beneficiar-se apenas porque receberão energia abundante propiciada pelo esforço dos brasileiros, mas principalmente porque desfrutarão de tarifas privilegiadas, pagando - no mínimo - 15% a menos do que o cidadão contribuinte brasileiro. E consumindo, sozinhas, uns 10% do que consomem todos os cidadãos brasileiros reunidos, no país inteiro.

Com um planejamento ordenado, sem euforias suspeitas e megalomanias insensatas, Tucuruí seria quase autofinanciada: bastaria dar aproveitamento aos 12, 9 ou 3 milhões de metros cúbicos de madeira lá existentes. Construída a um ritmo bem mais lento, reduziria drasticamente seu endividamento, favoreceriam um espectro maior de usuários. Mas foi realizada da maneira que (agora) conhecemos. Levou a uma situação tal que o sr. Nestor Jost pode declarar não ter o país condições de investir mais 5% do valor da obra.

De fato, as grandes corporações internacionais experimentarão a curto prazo um certo recesso. Mas, a não ser realizando mudanças profundas, o Brasil - e, por extensão, a Amazônia - não se beneficiará dessa interrupção. Muito pelo contrário.